

CAPÍTULO 5

**Subjetividades do ser mulher no livro
didático de Matemática: diálogos
sobre questões curriculares e gênero**

Ana Paula Andrade

Fernanda Batista Moreira de Andrade

Rayanna Ceres Maciel de Miranda

Introdução

Ser mulher no século XXI tem se configurado resistência, o que torna importantes os debates nacionais e internacionais sobre as questões de gênero, assim como os debates na área da educação. Neste texto, estabelecemos diálogos sobre questões curriculares e de gênero a partir das subjetividades do ser mulher no livro didático de Matemática.

Dentre os materiais didáticos utilizados na Educação Básica, o livro didático tem protagonismo, configurando-se como um dos principais suportes para o/a professor/a. O livro didático de Matemática foi escolhido por se entender que, conforme aponta Cantarelli (2019), a Matemática é uma disciplina em que as questões de gênero aparecem de forma implícita. Também Souza e Silva (2017) entendem que há uma suposta neutralidade atribuída à disciplina, como se ela ensinasse apenas conceitos numéricos. Entretanto, os estudos relacionados às questões de gênero têm demonstrado que as identidades de gênero são produzidas a partir de relações e práticas a que os sujeitos são expostos, constituindo, por isso, subjetividades.

A constituição de subjetividades a partir de relações e práticas a que os sujeitos são expostos são, para o filósofo Michel Foucault, modos de subjetivação ou práticas de constituição do sujeito (ANDRADE, 2019). A subjetivação se dá por meio de processos de dominação, de tecnologias de si e das relações de poder. Para Foucault, é a governamentalidade que medeia relações de poder e subjetividade (LEMKE, 2017).

Mostramos, neste texto, a constituição de subjetividades no livro didático de Matemática, entendendo, tal como Foucault, que são apresentadas por meio de uma produção da verdade. A produção de verdade não é “a produção de enunciados verdadeiros, mas o ajuste de domínios onde a prática do verdadeiro e do falso pode ser, ao mesmo tempo, regrada e pertinente” (FOUCAULT, 1994 apud CASTRO, 2009, p. 27).

As subjetividades são produzidas por saberes na gestão das condutas dos sujeitos, o que também ocorre na prática dos currículos escolares. No campo dos estudos curriculares, como o de Silva (2015), há uma interface produtiva entre políticas de currículo e neoliberalismo. Foucault analisa o neoliberalismo não só como um sistema econômico, mas como um modo de vida que fabrica um tipo de sujeito que realiza investimentos permanentes em si mesmo. Em seu estudo sobre documentos curriculares, Andrade (2019) observou, especialmente, as diretrizes curriculares de formação docente como uma tendência que torna a prática do gerenciamento das condutas das/os sujeitas/os visível. Essas condutas operam na esfera das subjetividades, e assim também definem que conhecimentos, atitudes e ou performances devem ser privilegiados na composição de currículos escolares, como também do livro, em nosso caso.

Percebemos que as subjetividades presentes no livro didático de Matemática evidenciam relações de poder. A partir das análises do ponto de vista do currículo, é possível perguntar: “quais conhecimentos são considerados válidos?”, ou ainda, “quais subjetividades são consideradas válidas?”. Consideramos o currículo como uma invenção social e, como

tal, um efeito dos jogos de poder e verdade. Portanto, nossa análise, fundamentada no filósofo Michel Foucault, permite compreender que a verdade é produzida por conta de múltiplas coerções e produz na sociedade efeitos regulamentados de poder.

Referencial teórico-metodológico

Nosso referencial teórico-metodológico dialoga com as questões de gênero e de currículo e com as noções de poder e subjetividade de Michel Foucault. Apresentamos a seguir cada uma dessas noções.

O conceito de gênero surge ancorado no debate feminista sobre educação, que já vem sendo realizado há algumas décadas. Assim, Beauvoir (1980) indaga se ainda existe a “mulher” e formula a pergunta: “o que é a mulher?”. Essa interrogativa traz de antemão um questionamento sobre o “eterno feminino” (análogo à alma negra ou caráter judeu), a feminilidade, que coloca a mulher em “seu lugar” de subalterna em relação ao homem. A filósofa francesa levanta que esse conceito não é natural, porém estruturante no que diz respeito ao que é a mulher. Portanto, Beauvoir (1980) nos dá subsídio para debater a hierarquia social do gênero e a percepção da existência da mulher sempre estar pautada a partir do homem.

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1980, p. 10).

No texto "Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan 'ideologia de gênero'", Paraíso (2018) apresenta um panorama dos grupos que se utilizam de aparelhos do Estado para tornar gênero e sexualidade temas não escolares e assim normatizam e impedem que a diferença se prolifere.

No mesmo texto, Paraíso (2018) um conceito de gênero enquanto um constructo das relações de poderes, no qual nós nos tornamos homens e mulheres. Tal conceito é racionalizado na heterossexualidade enquanto norma, que produz "diferenciações, mas também hierarquias e desigualdades" (PARAÍSO, 2018, p. 24).

Porém, Paraíso (2018) observa nos currículos que investigou um desejo de reagir a essa tormenta de "ideologia de gênero". Ela relata a percepção no grupo de estudos da vontade de professoras criarem possibilidades em que possam trabalhar as discussões sobre gênero e sexualidade no currículo, e nomeia esses acontecimentos de "resistências criativas".

Caldeira (2018) utiliza o conceito de tecnologia do gênero para analisar as práticas formativas dos Cadernos de Formação de Língua Portuguesa e Matemática divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) como material de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e as falas das professoras orientadoras de estudo das universidades e de cursistas, que atuam diretamente na sala de aula.

O conceito de tecnologia do gênero é baseado em Teresa de Lauretis e na perspectiva foucaultiana. A tecnologia é

compreendida nesse contexto “como um dos instrumentos que opera, ao lado dos discursos e das relações de poder, na produção de subjetividades” (CALDEIRA, 2018, p. 55). Dessa forma, a autora define tecnologia do gênero como:

[...] um mecanismo que aciona técnicas, procedimentos, práticas e discursos para produzir sujeitos que se identificam como homens e mulheres, meninos e meninas. Entender o gênero como uma tecnologia significa compreendê-lo como algo que se constitui não por meio de aspectos biológicos, mas por meio de variadas relações de poder-saber, discursos, dispositivos e estratégias. (CALDEIRA, 2018, p. 55).

Assim, a autora considera que as práticas do PNAIC são permeadas por uma tecnologia do gênero que visa à produção de sujeitos generificados, ao mesmo tempo que incorpora determinados elementos associados ao gênero para funcionar subjetivando as docentes. O argumento de Caldeira (2018) é de que as práticas formativas do PNAIC acionam duas técnicas principais para produzir posições de sujeito generificadas: a técnica do apagamento e a técnica da feminilização. A técnica do apagamento opera por meio da exclusão de questões relativas ao gênero das discussões sobre alfabetização ou pela dissolução das especificidades da discussão de gênero no contexto mais amplo da diversidade. Por sua vez, a técnica da feminilização apresenta características historicamente associadas às mulheres como fundamentais para efetivar o processo de alfabetização, como o carinho e o afeto.

A partir da reflexão do capítulo escrito por Caldeira, indagamos também: como a “tecnologia do gênero” opera sobre as personagens apresentadas nos livros didáticos de Matemática? Causa a subjetivação delas? Além disso, produz uma verdade?

Em "Corpos que importam", Judith Butler (2015) pensa na materialidade dos corpos, o que a leva invariavelmente a outros terrenos. Porém, ela se dá conta de que não podia tomar os corpos como simples objetos de pensamento. “Os corpos não somente tendem a indicar um mundo que está além deles mesmos, mas esse movimento que supera seus próprios limites, um movimento fronteiro em si mesmo parece ser imprescindível para estabelecer o que os corpos ‘são’” (BUTLER, 2015, p. 12-13).

Foucault (2009a) nega a “hipótese repressiva”: ideia de que a sociedade ocidental teria suprimido a sexualidade desde o século XVII até meados do século XX. “Estariamos liberados desses dois longos séculos em que a história da sexualidade devia ser lida, inicialmente, como a crônica de uma crescente repressão?” (FOUCAULT, 2009a, p. 10). Foucault argumenta que essa hipótese é uma ilusão e que na realidade os discursos sobre a sexualidade proliferaram durante esse período. É nesse momento que especialistas começaram a estudar a sexualidade de forma científica, classificando os diversos tipos de sexualidade com o desejo de conhecer a “verdade” sobre o sexo. “Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada” (FOUCAULT, 2009a, p. 11).

Não é que Foucault diga que o sexo não vem sendo reprimido; ele afirma que essa interdição não é o elemento fundamental a partir do qual se pode escrever a história do sexo da Idade Moderna em diante. Foucault mostra que todos os elementos negativos ligados ao sexo têm função numa técnica de poder e numa vontade de saber. Sua hipótese é a de que há, a partir do século XVII, uma proliferação de discursos sobre o sexo. O que se conclui é que o próprio poder incitou essa proliferação de discursos, através da Igreja, escola, família, consultório médico. Essas instituições não queriam proibir ou reduzir a prática sexual, mas visavam ao controle do indivíduo e da população.

Foucault não aceita a hipótese repressiva pela qual a sexualidade é reprimida pelo sistema. Para ele, a sociedade liga prazer e poder. Ou seja, para Foucault, sexo também é discurso. Ele vê a sexualidade enquanto dispositivo de subjetividades e controle do indivíduo e da população.

Foucault busca estudar o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos sexuais e sujeitos desejan-tes:

[...] as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser [...] a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo (FOUCAULT, 2009b, p. 11-12).

O filósofo francês não tem como objetivo descrever comportamentos/práticas sexuais, e sim investigar a maneira como

se constitui a experiência em que os indivíduos se reconhecem como sujeitos de uma sexualidade que se abre para conhecimentos diversos e se articula num sistema de regras e coerções:

[...] a questão que deveria servir de fio condutor era a seguinte: de que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral? [...] pareceu-me que essa problematização estava relacionada a um conjunto de práticas que, certamente, tiveram uma importância considerável em nossas sociedades: é o que se poderia chamar “artes da existência” [...] “técnicas de si” (FOUCAULT, 2009b, p. 14-15).

Como fonte de pesquisa, o filósofo usou:

[...] textos que pretendem estabelecer regras, dar opiniões, conselhos, para se comportar como convém: textos “práticos” que são eles próprios, objeto de “prática” na medida em que eram feitos para serem lidos, aprendidos, meditados, utilizados, postos à prova, e visavam, no final das contas, constituir a armadura da conduta cotidiana (FOUCAULT, 2009b, p. 16).

Foucault interrogou de que maneira, do pensamento grego à doutrina cristã da carne, essa subjetividade da sexualidade se definiu e se transformou. Ele fez uma análise das práticas existentes em torno do sexo na Grécia Antiga (que compreende o ato sexual como uma atividade natural, em conformidade com a natureza). Posteriormente, o cristianismo modifica o cenário, fazendo a ligação entre sexo e pecado da carne, distanciando-o da noção de desejo.

Sua análise é dos homens enquanto sujeitos sexuais produtores de história. Assim, Foucault investigou através de que jogos de verdade é possível ao homem se reconhecer e através de que práticas, artes de existência ou regras de conduta o ser pode ser interpretado. Dessa forma, a meta de Foucault foi estudar um campo de historicidade complexa e rica na maneira pela qual o indivíduo é chamado a se reconhecer como sujeito moral da conduta sexual. Assim, ele interrogou de que maneira, do pensamento grego à doutrina cristã da carne, essa subjetividade se definiu e se transformou.

A noção de currículo, para se pensar as subjetividades aqui analisadas, é apresentada por Silva (2009, p. 148):

[...] o currículo é uma construção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol... Ele é o resultado de um processo histórico. Em determinado momento, através de processos de disputa e conflito social, certas formas curriculares – e não outras – tornaram-se consolidadas como o currículo. [...] É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não. Com a noção de que o currículo é uma construção social aprendemos que a pergunta importante não é “quais conhecimentos são válidos?”, mas sim “quais conhecimentos são considerados válidos?” (SILVA, 2009, p. 148).

Nesse sentido, os saberes válidos – ou as representações válidas – são as representações tidas como verdadeiras. Portanto, é importante destacar a noção de verdade para pensar a ideia de conhecimento válido. Para Foucault (2015, p. 52), a verdade:

[...] é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Desse modo, a verdade de um discurso presente em um currículo atende a determinado regime, um regime colonial. Um regime de verdade é um efeito das relações de poder, um efeito das técnicas e dos procedimentos aos quais o discurso é submetido:

Dentre os procedimentos de exclusão, a interdição é, para Foucault, o mais familiar [...]. O tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo de falar são [...] os três tipos de procedimento que se cruzam, se forçam e se compensam. As interdições que atingem o discurso, de maneira restritiva e coercitiva, revelam sua ligação com o desejo e com o poder uma vez que o discurso é também objeto de desejo, além de ser aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação. A interdição atua de forma mais efetiva no campo da sexualidade e da política (ANDRADE; ANDRADE, 2021, p. 7).

Os dados produzidos a partir do olhar para o livro didático de Matemática evidenciam as lutas e denunciam as interdições, os sistemas de dominação. O texto presente nos livros é, portanto, um território colonizado. O discurso utilizado pelas representações veicula significados que legitimam a ordem estabelecida, privilegia narrativas que dificultam a

subversão, a transgressão e a dissidência. Parece urgente pensar propostas de descolonização do currículo.

Revisão bibliográfica

Neste tópico, apresentamos uma revisão bibliográfica de trabalhos que discutem gênero, livro didático e matemática, seja na literatura, seja pelas produções apresentadas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Realizamos uma revisão bibliográfica *a priori* nos trabalhos dos três últimos anais da ANPEd: a 39ª reunião, que ocorreu em 2019; a 38ª, em 2017, e a 37ª, em 2015. Para identificar e especificar os trabalhos científicos, foram utilizadas as palavras-chave: "mulher" e "livro didático"; "livro didático e gênero"; "questões de gênero" e "matemática". Esses termos foram escolhidos por serem os mais próximos do que se desejava encontrar, podendo estar presentes no título, resumo e/ou palavras-chave indicadas pelo autor de cada trabalho.

A partir do mecanismo de busca do site da ANPEd, foram encontradas duas pesquisas. Entretanto, essa busca não trouxe resultados relacionados às palavras-chave: "questões de gênero" e "matemática", fazendo-se necessário ampliar a busca para reuniões anteriores daquela associação, procurando especificamente as palavras-chave não encontradas.

Localizamos nos anais da 29ª reunião, realizada em 2006, um trabalho que analisou como ocorre a representação de gênero nos livros didáticos de Matemática. Como não

encontramos mais nada relacionado a essa temática específica na ANPEd, realizamos uma busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e encontramos dois artigos relevantes para a temática: um da revista *Educação e Cultura Contemporânea* e o outro da revista *Educação Matemática Pesquisa*, ambos de 2017. Apresentamos a seguir os artigos selecionados para esta revisão bibliográfica.

A pesquisa de Cantarelli (2019), intitulada "A justiça curricular e a (in)visibilidade da mulher em um livro didático para o ensino médio", analisou um livro didático de Biologia a partir do conceito "justiça curricular" proposto por Torres Santomé. Foram discutidos: a invisibilidade da mulher por meio das fotografias e legendas presentes no livro didático e o quanto os docentes não têm percebido essa desigualdade de gênero, não problematizando a temática com estudantes consequentemente.

O trabalho de Santos (2015), "Gênero e suas implicações no currículo do município de João Pessoa", utilizou a teoria do discurso de Ernesto Laclau para analisar a Proposta Curricular no município de João Pessoa na perspectiva dos discursos de gênero presentes. A autora pôde perceber a invisibilidade de mulheres e pessoas pretas, bem como de outras identidades sociais marginalizadas no decorrer de sua análise.

Casagrande e Carvalho (2006), no artigo "Educando as novas gerações: representações de gênero nos livros didáticos de Matemática", analisaram as representações de gênero em 18 livros de Matemática da 5ª e 6ª séries, sendo quatro da

década de 1990 e 14 do início da década de 2000. Os enunciados e as ilustrações foram analisados a partir da observação de três aspectos: os momentos de lazer, as relações com os momentos de aprendizagem e as relações familiares.

As autoras Trevisan e Dalcin (2017) refletem, em seu artigo "Um olhar sobre as questões de gênero em livros didáticos de Matemática", sobre os discursos construídos em torno do gênero, através de imagens em livros didáticos de Matemática. O foco da pesquisa é identificar especialmente o papel social da mulher e suas relações com a área.

O artigo "Questões de gênero no currículo de matemática: atividades do livro didático" é um trabalho que apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado. Os autores Souza e Silva (2017) interrogam quais são as marcas de gênero no currículo de matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A escola ensina de muitas formas. Ao ensinar conteúdos matemáticos, um professor transmite muito além do conteúdo pré-determinado. O livro didático de Matemática, como instrumento de valores culturais e ideológicos e objeto de verdade científica, transmite normativas sociais que passam a ser vistas como verdade pelos estudantes, servindo de modelo para a construção de suas identidades (CASAGRANDE; CARVALHO, 2006; TREVISAN; DALCIN, 2017).

Segundo Souza e Silva (2017), é possível encontrar mais frequentemente pesquisas que estudam questões de gênero no currículo das ciências humanas e linguísticas. No

entanto, no campo das ciências exatas, essas pesquisas são mais escassas. As autoras deduzem que isso ocorre porque desconsidera-se que as relações de gênero são produzidas nas práticas sociais e que, mesmo que não sejam aparentes, relações e práticas sociais estão incluídas no ensino de Matemática.

A relevância do estudo das questões de gênero na matemática também foi apontada por Trevisan e Dalcin (2017), que observaram nos livros didáticos uma relação de superioridade do homem sobre a mulher. A mesma observação foi vista por Casagrande e Carvalho (2006), que perceberam no livro representações de meninas passivas, com bom comportamento e apresentando dificuldades matemáticas; por outro lado, meninos aparecem em situações de esper-teza, proatividade e com bom raciocínio lógico.

O mesmo aspecto foi observado por Souza e Silva (2017) a partir da observação das repetições, transformações, apagamentos e silenciamentos presentes no livro didático de Matemática. As autoras advertiram para a existência de um jogo de afirmações e negações referentes aos gêneros que marcam os sujeitos discursivos. Nesse sentido, entende-se que elas se referem à concepção proposta por Foucault de que os jogos produzem a legitimidade, utilizando seus enunciados e regras, criando assim uma verdade.

Os estudos mostraram que atividades do livro de Matemática continham representações binárias e heteronormativas, funcionando como uma verdade enunciada por Foucault (2015, p. 54), pois está “ligada a sistemas de poder, que a

produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Essa verdade heteronormativa pode ser encontrada em diversos ambientes da escola e é reforçada pelas práticas discursivas no saber matemático (SOUZA; SILVA, 2017).

A partir de estudos que enfocam questões de gênero e matemática selecionados para este capítulo, foi possível perceber que as representações nos livros analisados têm sido heteronormativas e desvalorizam as mulheres em questões relacionadas à própria matéria e ao trabalho. As funções sociais de cada gênero também ficam bem demarcadas, podendo ser observadas nas representações de brincadeiras e situações-problemas definidas para meninos e meninas.

Livro didático de Matemática e análise

Partindo da revisão bibliográfica, realizamos a análise em dois livros didáticos de Matemática do 4º ano do Ensino Fundamental. Consideramos as imagens humanas presentes nos livros através de desenhos ou fotografias. O primeiro livro analisado foi o do Sistema Positivo de Ensino (SPE), edição de 2021. É importante contextualizar que a editora Positivo está localizada em Curitiba, no Paraná, mas sua coleção é utilizada em escolas particulares de todo o Brasil.

O segundo livro analisado é o da Editora do Brasil, sediada em São Paulo, cujo título é *Novo bem-me-quer matemática*. Esse livro pertence ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), aprovado para os anos de 2019 a 2022, e é disponibilizado para escolas públicas de todo o país.

Foram catalogadas todas as representações humanas encontradas nos livros, seja por desenho ou fotografia. No primeiro livro, foram encontradas 184 imagens e, no segundo livro, 185. A primeira categorização consistiu em dividir essas representações em quatro grupos: crianças meninas, crianças meninos, mulheres adultas e homens adultos.

Nessa primeira divisão, foram encontradas no livro do SPE: 53 crianças meninos, 46 mulheres adultas, 43 homens adultos e 42 crianças meninas.

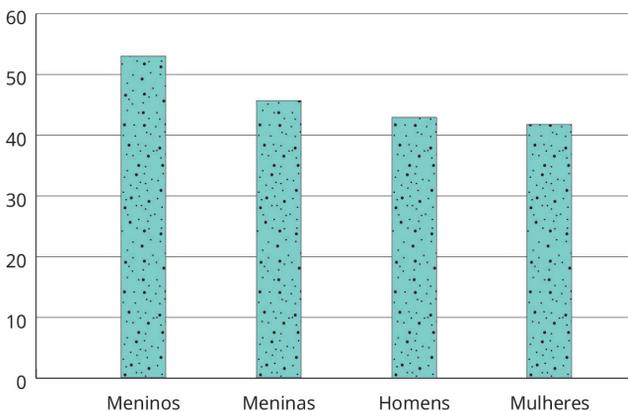


Gráfico 1: Representações humanas quanto à idade e ao gênero – SPE

Fonte: elaborado pelas autoras.

No livro *Novo bem-me-quer matemática*, a distribuição foi de 65 crianças meninos, 62 crianças meninas, 30 homens adultos e 28 mulheres adultas. Ambas as distribuições mostram certa equidade numérica entre os gêneros.

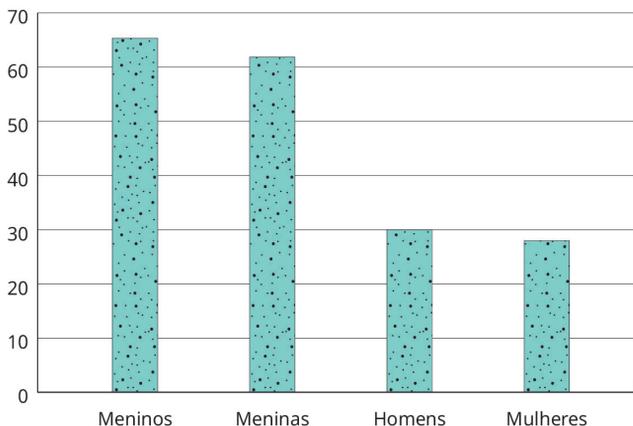


Gráfico 2: Representações humanas quanto à idade e ao gênero – *Novo bem-me-quer matemática*

Fonte: elaborado pelas autoras.

É possível observar que o segundo livro traz mais imagens de crianças do que de adultos: 65 crianças a mais. Já no primeiro livro, a diferença é de apenas 6 adultos a menos. A próxima categoria considerou apenas o gênero, desconSIDERANDO a idade. Dessa forma, no livro do SPE, aparecem 96 representações masculinas e 88 femininas; no livro *Novo bem-me-quer matemática*, foram 90 representações femininas e 95 masculinas.

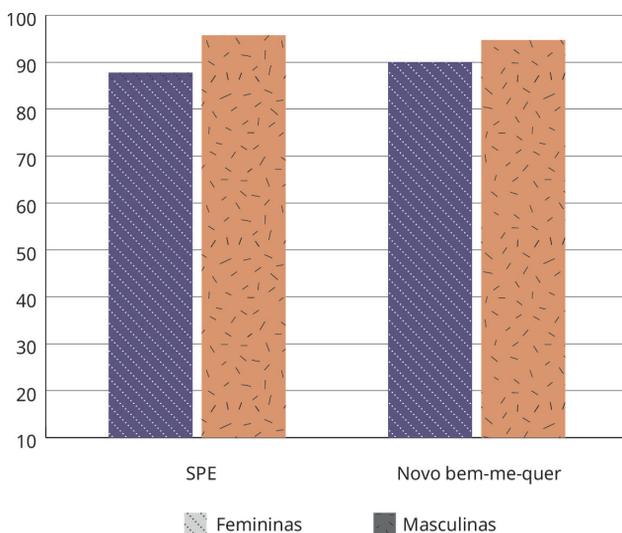


Gráfico 3: Representações humanas quanto ao gênero

Fonte: elaborado pelas autoras.

Foram realizadas outras divisões para análise, pois, de acordo com Brah (2006), gênero não é uma categoria única e definida. As relações construídas a partir do gênero são diferentes para cada grupo a partir de sua relação com a economia, a política e as ideologias dominantes. Essa compreensão não quer dizer que não se possa estudar a mulher, por exemplo, como uma categoria, mas compreender que há outros grupos dentro do gênero. A autora explica que:

[...] nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. [...] Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição

está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero (BRAH, 2006, p. 341).

Considerando essa concepção, realizou-se uma nova categorização que observou a raça e o gênero das pessoas representadas, desconsiderando sua idade. Os resultados do livro do SPE foram: 71 homens brancos; 61 mulheres brancas; 26 mulheres negras; 25 homens negros; uma mulher asiática.

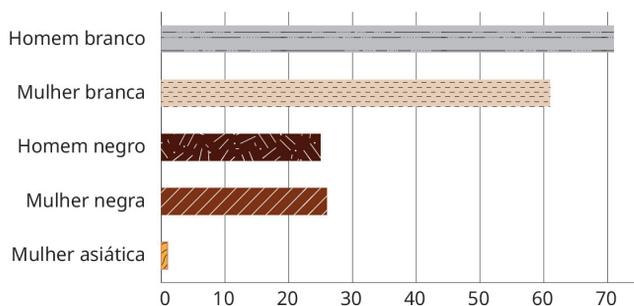


Gráfico 4: Representações humanas quanto ao gênero e à raça – SPE

Fonte: elaborado pelas autoras.

No livro *Novo bem-me-quer matemática* há mais imagens de pessoas com características asiáticas; por isso, acrescentou-se a categoria homem asiático, que não apareceu no outro livro. Os resultados foram: 59 homens brancos,

60 mulheres brancas, 28 homens negros, 21 mulheres negras, 8 homens asiáticos e 9 mulheres asiáticas.

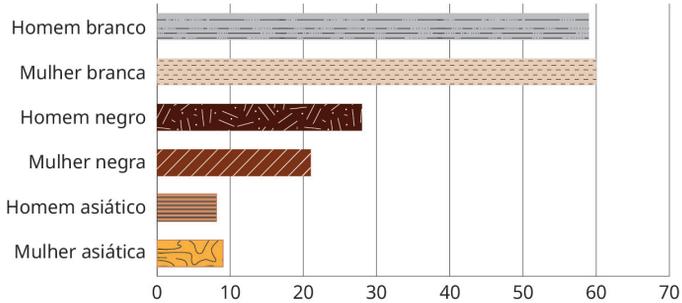


Gráfico 5: Representações humanas quanto ao gênero e à raça – *Novo bem-me-quer matemática*

Fonte: elaborado pelas autoras.

A esse ponto da análise, percebeu-se uma discrepância no quantitativo das representações entre pessoas negras e pessoas brancas. Sendo assim, os dados foram reorganizados, desconsiderando o gênero e a idade. A configuração ficou da seguinte forma: no livro do SPE, 132 pessoas brancas; 51 pessoas negras e uma pessoa asiática; no livro *Novo bem-me-quer matemática*, 119 pessoas brancas, 49 pessoas negras e 17 pessoas asiáticas.

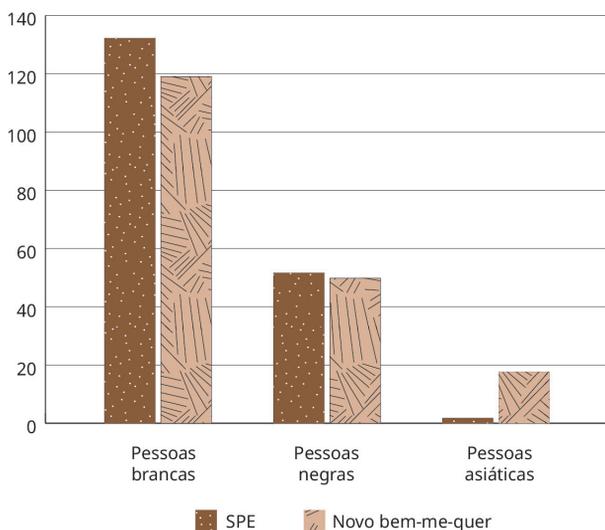


Gráfico 6: Representações humanas quanto à raça

Fonte: elaborado pelas autoras.

Além dos dados relativos à quantidade das pessoas representadas no livro analisado, foram observadas também as funções que essas pessoas desempenhavam no livro. A maior parte das crianças de ambos os livros, independentemente de gênero e cor, realizava atividades ligadas ao contexto escolar ou familiar. As principais foram: fazendo cálculos mentais, escrevendo no caderno, desenhando, jogando jogos educativos, lendo livros e representando atividades no cotidiano familiar.

No entanto, em relação às pessoas adultas, foi possível observar uma marcação de gênero mais delimitada. As representações de mulheres que apareceram nos livros foram: secretária, cozinheira, dona de casa, mãe, avó, filha,

professora, digitadora, enfermeira, feirante e bancária. É interessante notar que a profissão de professora é a que mais designa as mulheres. Contabilizando os dois livros analisados, são 74 mulheres adultas e, dentre elas, 22 são professoras. As outras profissões aparecem de forma isolada apenas uma ou duas vezes. A mulher representada como mãe, ou exercendo tarefas domésticas, aparece de forma mais recorrente: são 14 mulheres representadas nesse item.

Todas as profissões e funções atribuídas às mulheres negras também o foram às brancas. Elas aparecem como digitadora, dona de casa, bancária, mãe e professora. No livro do SPE, há um total de 15 representações de mulheres negras; destas, 7 aparecem como professoras. Já no livro *Novo bem-me-quer matemática*, das 6 mulheres pretas que aparecem, 2 ocupam uma página especial dedicada ao Dia da Consciência Negra e as outras quatro aparecem no decorrer do livro como uma professora, uma mãe, uma compradora e uma jogando um jogo de tabuleiro de matemática.

As subjetividades de homens brancos foram de cozinheiro, digitador, matemático, violinista, estudante, cliente de banco, vendedor, operário, músico, agricultor, pai, colecionador de selos, navegador, garçom, passageiro de ônibus e maratonista.

No livro do SPE, os poucos homens adultos negros que aparecem – do total de 43 homens adultos, 7 são negros – são subjetivados como um avô, um cliente comprando madeira, dois maratonistas, um passageiro e um homem dizendo ser de Toronto, no Canadá, e outro, de São Luiz, no Maranhão.

No livro *Novo bem-me-quer matemática*, de forma similar, são 30 homens adultos; destes, 6 são homens negros. Nesse livro, os 3 primeiros homens negros adultos mencionados estão na página 171, dedicada exclusivamente ao Dia da Consciência Negra. São eles: Pelé, Zumbi dos Palmares e Machado de Assis. Os outros três homens negros aparecem em um desenho que representa uma manifestação a favor do meio ambiente. Na imagem, aparecem, além dos 3, outras 5 pessoas brancas.

Além disso, é relevante destacar alguns pontos adicionais. O primeiro é em relação às famílias interraciais. Elas apareceram apenas no livro do SPE, que trouxe a representação de três famílias constituídas de pai branco, mãe negra e filhos negros. O segundo ponto refere-se a pessoas gordas e com deficiência: em cada um dos livros, há apenas uma pessoa gorda representada; no livro *Novo bem-me-quer matemática*, há 2 pessoas com deficiência, enquanto não há nenhuma no livro do SPE.

Considerações finais

Livros didáticos, paradidáticos, mapas e outras instrumentalizações usadas na escola têm reforçado as diferenças e exclusões relacionadas ao gênero. Essas políticas curriculares têm trabalhado, com a normativa do homem branco e heterossexual, como instrumentos que constroem identificações de gênero e acabam por naturalizar hierarquias e posições segundo esse recorte (SANTOS, 2015).

Esse ponto foi observado na análise dos livros, pois apareceram mais imagens de homens brancos, possivelmente heterossexuais (já que não há nenhuma relação homoafetiva demonstrada), o que configura a manutenção da hegemonia masculina, heterossexual, branca e rica. Sendo assim, concordamos com Cantarelli (2019) quando o autor pontua que o currículo não é um elemento inocente e neutro – ele está implicado nas relações de poder. Por isso, um de seus discursos foi apagar e excluir mulheres das ciências e das histórias conferindo-lhes o papel de mães e esposas.

A função materna é recorrente nas imagens dos livros didáticos. As mulheres aparecem exercendo suas profissões, mas também aparecem no cuidado com os filhos, enquanto os pais aparecem em sua maior parte em situações de lazer com os filhos.

Mesmo que o currículo esteja de acordo com as políticas educacionais vigentes, como é o caso dos livros analisados, ele pode não contemplar a justiça curricular. Cantarelli (2019) utiliza esse termo e o define conforme Torres Santomé explica:

[...] o resultado da análise do currículo que é elaborado, colocado em ação, avaliado e investigado levando em consideração o grau em que tudo aquilo que é decidido e feito em sala de aula respeita e atende às necessidades e urgências de todos os grupos sociais; lhes ajuda a ver, analisar, compreender e julgar a si próprios como pessoas éticas, solidárias, colaborativas e corresponsáveis por um projeto de intervenção sociopolítica mais amplo destinado a construir um mundo mais humano, justo e democrático (TORRES SANTOMÉ, 2013 apud CANTARELLI, 2015, n.p).

Santos (2015) afirma que os currículos até evidenciam a questão do corpo, mas sua problematização em relação ao gênero não é posta. Historicamente, o corpo é um elemento importante de definição da hierarquização. Um dos exemplos utilizados para este fim é a utilização das características anatômicas para explicar a fragilidade e, por consequência, a submissão das mulheres em relação aos homens. Tal exemplo também pode ser verificado nas imagens dos livros didáticos: os homens sendo colocados, com frequência, como fortes e robustos, realizando atividades que exigem mais do corpo, enquanto mulheres ocupam atividades mais delicadas.

Isso contribui, conforme Santos (2015) observou, para uma interiorização de práticas que compreendem que a forma diferente de pensar e agir de meninos e meninas é algo natural, biológico. Assim, o livro, que é feito de forma a acolher as demandas curriculares, torna-se um instrumento de poder na escola. Por ser entendido como um documento oficial, ele raramente é questionado por professores e alunos (CANTARELLI, 2019).

O silenciamento de mulheres, pessoas pretas e dos povos indígenas passa muitas vezes despercebido por professores e alunos, o que naturaliza a exclusão desses grupos sociais. Nos dados analisados, podemos quantificar algumas informações. Não houve pessoas indígenas representadas. O número de mulheres pretas representa menos da metade das mulheres brancas, além de terem menos diversidade de atividades exercidas, sendo em sua maior parte mostradas como professoras. Dessa forma, neste estudo, podemos

perceber, por meio da tecnologia de gênero, como as imagens das pessoas apresentadas nos livros didáticos são modos de subjetivação das/os sujeitas/os.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Paula. **Subjetividades docentes no Brasil democrático**: questões acerca do professor reflexivo crítico. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2019/tAna%20Paula%20Andrade.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.
- ANDRADE, Ana Paula; ANDRADE, Fernanda Batista Moreira de. Procedimentos de controle do discurso em Michel Foucault: uma leitura possível. **Revista Vagalume**, Tabatinga, v. 1, n. 1, p. 1-14, ago. 2021. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/rv/article/view/2121>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Volume I).
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 6, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.
- BUTLER, Judith. Corpos que importam. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 12-16, 1º sem. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/9979/8380>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. Relações de gênero no currículo da formação de professoras para a alfabetização: uma análise do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). In: PARAÍSO, Marluce Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidade**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 53-71.

CANTARELLI, Juliana Mezomo. A justiça curricular e a (in)visibilidade da mulher em um livro didático para o ensino médio. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 39, 2019, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: ANPED, 2019. Tema: Educação pública e pesquisa: ataques, lutas e resistências. Eixo temático: Currículo, p. 1-6. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/category/trabalho/?grupo_trabalho=gt12-curriculo. Acesso em: 15 ago. 2021.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; CARVALHO, Marília Gomes. Educando as novas gerações: representações de gênero nos livros didáticos de matemática. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 29, 2006, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2006. Tema: Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos. Eixo temático: Gênero, sexualidade e educação, p. 1-17. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2066--Int.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CASTRO, Edgardo. Acontecimento. *In*: CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Rev. tec. Walter Omar Kohan e Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 24-28.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 19. ed. São Paulo: Edições Graal, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 13. ed. São Paulo: Edições Graal, 2009b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. *In*: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-52.

SANTOS, Gabriela dos. Gênero e suas implicações no currículo no município de João Pessoa. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 37, 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPED, 2015. Tema: Tensões e perspectivas para a educação pública brasileira. Eixo temático: Currículo, p. 1-17. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/genero-e-suas-implicacoes-no-curriculo-do-municipio-de-joao-pessoa>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 29, n. 57, p. 199-223, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/22731>. Acesso: 12 out. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Deise Maria Xavier de Barros; SILVA, Marcio Antonio da. Questões de gênero no currículo de Matemática: atividades do livro didático. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 374-392, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/33324>. Acesso em: 12 out. 2022.

TREVISAN, Andreia Cristina Rodrigues; DALCIN, Andréia. Um olhar sobre as questões de gênero em livros didáticos de Matemática. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 36, p. 72-99, 2017. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/1212>. Acesso em: 12 out. 2022.